

Agendas de Política Externa para a Comunidade Andina: casos de Bolívia e Colômbia

Foreign policy agendas for the Andean Community: Bolivia and Colombia cases

Flávia Loss Araújo¹

1. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina - PROLAM da Universidade de São Paulo (2014)

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar e comparar as agendas das políticas externas de dois países andinos (Bolívia e Colômbia) com o intuito de compreender a pauta integracionista destes atores em relação à Comunidade Andina (CAN), o qual constitui o processo de integração subregional mais antigo da América do Sul. O período escolhido para a análise foi entre os anos de 2006 e 2010, pois abarca a saída da Venezuela da CAN e os mandatos dos presidentes Evo Morales na Bolívia e Álvaro Uribe, na Colômbia. A escolha dos dois atores se deve ao antagonismo ideológico entre os presidentes citados em relação à pauta de integração. A ascensão de Morales e outros governos de esquerda na região em meados dos anos de 2000, ocasionaram reflexos para as relações internacionais dos países andinos, afetando também o projeto de integração da CAN. O comércio intra-regional manteve a CAN unida durante a crise da saída da Venezuela, mas são poucos os avanços em outras áreas prioritárias para a região, como a segurança, a cooperação e o próprio aprofundamento da integração econômica.

Palavras-chave: Comunidade Andina. Integração regional. América do Sul. Política externa. Colômbia. Bolívia. Relações Internacionais.

ABSTRACT

The present study has as the main objective the analysis and comparison of the foreign policy agendas of two Andean countries (Bolivia and Colombia) and the understanding of the integration issues of these actors, regarding the Andean Community of Nations (CAN, in Spanish), the oldest subregional integration process of South America.

The chosen period of analysis is the one between the years of 2006 and 2010, coinciding with Venezuela's withdrawal from CAN and with the mandates of presidents Evo Morales, from Bolivia and Álvaro Uribe, from Colombia. These actors were chosen due to the ideologic antagonism between the latter mentioned presidents concerning regional integration. The ascension of Morales and of other leftist governments starting in the decade of 2000 had impact on the international relations of the Andean countries, affecting the integration project of CAN. The intraregional trade had maintained the unity of CAN during the withdrawal of Venezuela. Nevertheless, some advances were verified regarding other main areas as security, cooperation and the deepening of economic integration in the region.

Key-words: Andean Community. Regional integration. South America. Colombia. Bolivia. Foreign policy. International Relations.

Recebido em:
15 de junho de 2014
Aprovado em:
3 de outubro de 2014

O presente artigo tem como principal objetivo analisar as agendas de política externa para a Comunidade Andina (CAN) de dois países pertencentes ao bloco: a Bolívia e a Colômbia. As profundas diferenças ideológicas presentes no interior do processo de integração andino refletem a ascensão dos governos de esquerda na América do Sul na primeira década do século XXI (fenômeno conhecido como “onda rosa”) quando ocorre um embate sobre o significado de integração regional no interior do bloco. A fim de compreender as agendas dos países em relação à CAN e seus respectivos entendimentos sobre a integração, a abordagem utilizada será a Análise de Política Externa (APE), principalmente devido a sua capacidade de abrir a chamada “caixa-preta” dos estados, analisando os aspectos internos e externos que influenciam na formulação da política externa (HUDSON, 1997). A APE permite, portanto, a mudança no nível de análise, adentrando a política doméstica dos países para melhor compreender as ações externas dos estados, além de focar no “ator-específico”, ou seja, nos tomadores de decisões (HUDSON, 1997).

No caso do tema deste trabalho, a análise da política externa é fundamental para a compreensão das intenções dos países membros em relação à integração regional, como recomenda o relatório da CEPAL sobre Integração Latino Americana de 2008:

Para analizar la perspectiva futura, es clave considerar y evaluar las prioridades de la política exterior de cada país; tanto Colombia como Perú parecen haber privilegiado su alineamiento con Estados Unidos –fundado en razones comerciales y políticas– por sobre otras consideraciones estratégicas regionales. (PORTA, 2008:19).

A ascensão da “onda rosa” trouxe mudanças significativas na política da região e impactou os processos de integração subregionais, notadamente a CAN, onde ocorreu visível cisão entre os integrantes do bloco. A “onda rosa” refletiu a insatisfação popular com as políticas neoliberais adotadas até então (LUCIANO; BRESSAN, 2014). O fraco desempenho das economias dos países citados, além dos crônicos problemas sociais, criaram o ambiente propício para a formação de lideranças que questionavam os resultados das políticas neoliberais adotadas no decorrer das décadas de 1980 e 1990.

Com relação à CAN, inicialmente a disputa interna é centrada entre Colômbia e Venezuela, mas após a saída desta última do bloco, em 2006, a Bolívia assumiu o papel de antagonista do modelo de integração de cunho neoliberal. Morales apresenta um comportamento menos histriônico do que o ex-presidente Hugo Chávez e uma postura mais pragmática em relação ao comércio, mas as divergências ideológicas continuam latentes no cenário da CAN, reforçando a presente estagnação do processo de integração regional.

A CAN não é o único processo de integração regional que passa por dificuldades na América do Sul. Um dos fatores que contribuíram para os problemas enfrentados pelos projetos de integração do subcontinente foi a ascensão de governos de esquerda de diferentes matizes ideológicos, fato que suscitou diferenças de entendimento sobre o tema entre os próprios pares de esquerda e, como esperado, com os governos de direita.

Por outro lado, estas mudanças trouxeram aproximação entre países com ideologias semelhantes, trazendo novos temas políticos e sociais para a agenda da integração. Tal divergência de visões levou a paralisação de alguns projetos de integração, como no caso da CAN e até mesmo à criação de outros, mais afeitos às ideologias vigentes na sub-região, como por exemplo, a ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas, de tendência socialista) e a Aliança do Pacífico (voltada ao comércio e a uma agenda neoliberal). Pode-se dizer que o novo panorama político da região exacerbou problemas já existentes nos processos de integração sul-americanos, acentuando a clivagem de posições entre os países participantes. De modo geral, pode-se inferir que os governos de direita dariam ênfase ao aspecto comercial da integração, que passa a ser entendida como a redução da intervenção estatal na economia. No lado oposto, os governos de esquerda enxergam a integração do ponto de vista desenvolvimentista, alegando que a intervenção estatal fortaleceria a interdependência entre os países. A integração não teria cunho comercial, mas sim político-estratégico (SANTOS, 2006).

Nesse novo contexto de dicotomia entre ideias integracionistas, o processo sub-regional mais antigo da América Latina, a CAN, se tornou um símbolo de como as divergências ideológicas dos governos dos países membros podem interferir nos rumos da integração. Apesar de, no decorrer do século XX, os países membros passarem por diversas mudanças em suas ideologias políticas e estas frequentemente afetarem as relações com os vizinhos, a partir da primeira década do século XXI, pela primeira vez a ideologização dentro do contexto da CAN foi uma das principais causas da estagnação do processo integracionista. Geralmente, as dificuldades enfrentadas pelo bloco eram de outra natureza: instabilidade doméstica dos países membros, descumprimento das normas e do cronograma de integração, além dos problemas exógenos, como a crise da dívida externa da década de 1980 e a hiperinflação que assolou a América Latina. Ainda assim, a integração foi aprofundada do ponto de vista institucional, a despeito dos problemas econômicos que estagnaram o comércio várias vezes.

A questão ideológica viria à tona a partir da década de 2000, quando entre os anos de 2000 e 2006, três países da CAN elegeram presidentes de esquerda: Bolívia (Evo Morales Ayma), Peru (Alan Garcia) e Equador (Rafael Correa). A Colômbia estava sob o comando do presidente Álvaro Uribe, eleito em 2002 e de orientação política neoliberal. A Venezuela vivia o sétimo ano do governo de Hugo Chávez, de cunho socialista. Pela primeira vez os governos dos países membros da CAN eram majoritariamente de esquerda, ainda que de diferentes correntes ideológicas dessa vertente.

O ápice do confronto entre visões integracionistas ocorreu com a saída da Venezuela do bloco, em 2006, atitude gerada pela renovação dos Tratados de Livre Comércio (TLC) entre Colômbia e Peru com os Estados Unidos. Desde então, a CAN se encontra polarizada: de um lado, Colômbia e Peru, que compartilham uma visão comercial de integração regional e, no outro extremo, Bolívia e Equador, que defendem a integração como um instrumento para o desenvolvimento social. Ainda assim, os quatro países optaram por continuar no bloco, principalmente por motivações comerciais e, ao menos no nível da retórica, buscam fortalecer a integração andina.

Anos 2000: crise e o papel da Venezuela

Os avanços institucionais e comerciais atingidos pelo bloco andino do decorrer da década de 1990 são consenso entre os especialistas no tema. O ritmo das conquistas criou altas expectativas sobre o futuro do bloco e se esperava que no início dos anos 2000 a CAN adentrasse o novo milênio como um Mercado Comum. Porém, além dos problemas relativos ao descumprimento das normas e conseqüente descrédito de suas instituições, outro fator que deve ser levado em conta na análise é o papel de Hugo Chávez, que assumiu a presidência da Venezuela em 1999.² O novo governo trouxe consigo profundas mudanças internas na política venezuelana, que rapidamente se fizeram sentir nas relações com os países vizinhos e o resto do mundo. Até a chegada de Chávez ao poder a Comunidade Andina contava com a maioria de presidentes de tendência neoliberal que seguiam o receituário do Consenso de Washington para superar a crise vivida na década de 1980. A eleição de Chávez mudou esse cenário: o novo presidente era um ex-militar declaradamente socialista e bolivarianista, corrente ideológica baseada no pensamento de Simón Bolívar.³

Ao assumir o poder, Chávez deu início a profundas mudanças estruturais na Venezuela, a começar pela convocação de uma assembleia constituinte para a redação de uma nova Constituição de caráter progressista, em 1999. O novo texto ressaltou a centralidade do Estado como garantidor dos direitos sociais dos cidadãos e regulador da economia. Na área internacional, os princípios orientadores foram a democratização da ordem internacional, a grande ênfase à integração latino-americana e a solidariedade entre os povos (MAYA, 2008).

Para fins de análise, é possível dividir a política externa de Chávez em dois momentos, conforme classificação de Urrutia (2006): entre 1999-2004 e 2004-2013. Nos primeiros anos de seu governo, a política exterior deu grande ênfase à integração latino-americana e teve como principal objetivo a construção de uma sociedade internacional democrática e equitativa. Suas diretrizes estavam embasadas em uma visão humanística das relações internacionais e de promoção de uma agenda social, tendo como principais princípios a autodeterminação dos povos, o respeito aos direitos humanos, a não intervenção em assuntos internos e a cooperação. Nesse sentido, os primeiros anos do governo Chávez não implicaram em mudanças bruscas em relação às políticas exteriores de seus antecessores. A mudança considerada mais importante seria a busca gradual de protagonismo nos fóruns mundiais, como a Cúpula da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de 2000, quando, pela primeira vez, a Venezuela teve um papel de destaque na condução das discussões. Os primeiros acordos de cooperação com Cuba datam também desse ano, parceria que se tornaria estratégica posteriormente e que culminaria na criação de um novo modelo de integração na América Latina: a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA- TCP), que diferentemente dos acordos celebrados até então no continente, teria como principal objetivo a luta contra a pobreza e exclusão social. A ALBA inaugurou a terceira onda de regionalismo latino-americano, conhecido também como “regionalismo contra-hegemônico” (MUHR, 2010), pós-hegemônico

2. Os sinais das profundas mudanças políticas pelas quais a Venezuela passaria começaram na disputa eleitoral entre Chávez e seu adversário Henrique Salas Romer Feo. Enquanto Salas Feo defendia a continuidade da política econômica neoliberal implementada pelos governos anteriores, o discurso de Chávez era notadamente antiliberal e bolivariano. (VILLA, 2005).

3. Ideologia criada na década de 1960 pelo movimento guerrilheiro venezuelano. Trata-se de um reexame do papel histórico e social de Bolívar e da adoção dos cerne de seu pensamento: o anti-imperialismo e o integracionismo latino-americano. Inspirado nesses ideais, Chávez criaria, em 1982, o Movimento Bolivariano Revolucionario (MBR-200), com o qual liderou o fracassado golpe militar de 1992 contra o então presidente Carlos Andrés Pérez (1989-1993).

ou pós-liberal (VEIGA; RIOS, 2007). Esse novo paradigma enfatiza o aspecto político da integração e interpretando a economia como instrumento de cooperação entre os povos para a superação da pobreza.

A chegada de Chávez ao governo da Venezuela coincidiu com as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), um dos principais pontos de divergência entre os membros da CAN. A proposta inicial da ALCA, exposta em 1994 na primeira Cúpula das Américas, era a criação de uma enorme área de livre comércio que abrangesse todos os países das Américas e a maioria dos setores de suas economias.

De acordo com seus idealizadores (Brasil e Estados Unidos), a ALCA seria negociada em dois termos diferentes: o primeiro seria um compromisso mínimo de obrigações assumido por cada país referente aos temas já negociados no âmbito da ALCA (acesso a mercados, agricultura, etc.) e a possibilidade de acordos bilaterais ou plurilaterais sobre temas adicionais discutidos entre os membros. Nos primeiros anos de seu governo, a postura de Chávez foi de ceticismo em relação ao acordo e extremamente crítica, mantendo a Venezuela à margem das principais negociações, porém sem criar entraves. A CAN continuava sendo um importante mercado para os produtos manufaturados venezuelanos e as diferenças ideológicas entre Chávez e os demais países do bloco ainda não haviam criado dificuldades. O governo venezuelano estava voltado para seus problemas internos, buscando se consolidar politicamente e superar as turbulências vividas em seus primeiros anos, que incluíram uma tentativa de golpe contra Chávez em 2002.

Restaurada a normalidade no país, a oposição conseguiu ainda aprovar um referendo revogatório⁴ em 2004, pleito do qual Chávez sairia vitorioso e fortalecido em seu intento de conduzir a Revolução Bolivariana. A vitória no referendo representaria também um ponto de inflexão na política externa do país devido à inclusão do componente ideológico como principal eixo das relações exteriores venezuelanas. As relações internacionais ganharam maior ênfase dentro do governo e se tornaram estratégicas, fato evidenciado nas alianças formadas com países em desenvolvimento (notadamente Cuba, China, Irã e Rússia) e a sustentação dessa nova política seriam os recursos financeiros advindos da indústria petrolífera. Com o projeto bolivariano robustecido pela aprovação popular interna após o referendo e as novas diretrizes de política exterior, a atitude de Chávez em relação à ALCA passa a ser de declarada oposição, gerando o primeiro desgaste entre os membros da CAN:

Esta fractura frente al ALCA en el seno de la CAN tiene un impacto indiscutible en el proceso de formación de la política exterior común de la CAN, pues se trata de regular el patrón de relación con el más importante socio comercial y aliado político de varios países andinos: los Estados Unidos (RUIZ, 2004, p. 60).

A retórica anti-estadunidense se tornou mais inflamada, estendendo-se também aos países que possuíssem vínculos com os Estados Unidos. As críticas atingem diretamente Colômbia e Peru, que iniciavam, na época, as negociações sobre Tratados de Livre Comércio⁵ (TLC), visto que o projeto da ALCA apresentava claros sinais de que não teria continuidade. A proposta inicial era de que os TLCs fossem negociados em

4. Conforme decisão do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) após campanha de arrecadação de assinaturas feita pela oposição à Chávez, em junho de 2004 foi realizado um referendo revogatório visando à destituição do presidente venezuelano. No entanto, Chávez obteve 58% dos votos válidos, garantindo a continuidade de seu mandato.

5. Tratados de Livre Comércio são acordos internacionais que eliminam tarifas e outras barreiras no comércio de bens e serviços entre os signatários.

bloco, porém, diante da recusa venezuelana em participar das tratativas, Colômbia e Peru declaram sua disposição em negociar bilateralmente com os EUA. De fato, em 2005 as negociações da ALCA cessaram abruptamente em 2005 após forte resistência das sociedades civis latino-americanas e desentendimentos sobre os rumos do acordo entre empresários e governos, abrindo caminho para a estratégia de negociações bilaterais que o EUA iniciou após o fracasso da tentativa multilateral (BONILLA; PÁEZ, 2006). Deve-se notar que os interesses norte-americanos na região vão além da esfera comercial, englobando as questões de segurança e narcotráfico. Quanto a este último tópico, em 1991 o governo dos EUA criou a Lei de Preferência Comercial Andina (“Andean Trade Preference Act”-ATPA), acordo comercial que eliminava tarifas de produtos provenientes da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O intuito deste acordo unilateral era oferecer alternativas econômicas aos países dispostos a combater a produção e o tráfico de drogas em seus territórios.

Chávez havia demonstrado em diversas ocasiões seu descontentamento em relação às negociações com os EUA, primeiramente por questões ideológicas e, após o anúncio de que a Colômbia e o Peru realizariam tratativas bilaterais, por razões práticas: em sua visão, os tratados não poderiam ser firmados fora do contexto da CAN, pois romperiam com os princípios básicos do acordo andino e prejudicariam os demais sócios, inundando seus mercados com produtos norte-americanos subsidiados; a Colômbia deixaria de ser o maior destino dos produtos manufaturados venezuelanos; os TLCs teriam a mesma concepção neoliberal da ALCA e enfraqueceriam as negociações em bloco da CAN com outros parceiros. Na tentativa de evitar uma cisão, a CAN emitiu a Decisão 598, permitindo a negociação bilateral com países de fora do bloco nos casos em que não fosse possível uma negociação conjunta. As divergências teriam seu ápice em 2006, quando a Venezuela decidiu se retirar do bloco por entender que o TLC feria os princípios originais da Comunidade Andina e impedia a soberania econômica dos países, subordinando-os aos interesses norte-americanos. Apesar de compartilhar a mesma opinião, a Bolívia tentou evitar a saída de seu maior aliado dentro do bloco, mas seus esforços foram em vão.

Ocorreu uma polarização ainda maior entre os membros da CAN: Bolívia e Equador (após a ascensão de Rafael Correa à presidência), de um lado, com governos progressistas e de viés bolivariano, herdeiros da visão de Chávez sobre integração; Colômbia e Peru, no espectro oposto, com governos de características conservadoras e uma perspectiva neoliberal sobre a integração regional, viés conhecido como “novo regionalismo”.⁶

6. Para Reinoso (2009), o novo regionalismo é a continuação das políticas comerciais da década de 1990. Trata-se de uma abertura compatível com a normativa multilateral e voltada para o intercâmbio com países desenvolvidos, cujo objetivo é, além do acesso aos mercados, a atração de investimentos estrangeiros.

Política Externa do Governo Evo Morales

Para compreender a ideologia presente no governo Morales e representada na política externa boliviana, faz-se necessária uma breve explanação sobre o ideário do “Movimiento al Socialismo” (MAS), partido do presidente. Primeiramente, é importante frisar que a ascensão de Evo Morales foi o ápice de uma longa trajetória de lutas dos movimentos indígenas e sociais bolivianos, cujas origens remontam à resis-

tência aos invasores espanhóis, como o cerco de Laz Paz organizado por Tupac Katari em 1781.

Segundo Rivera (1984), pode-se dividir a história das lutas indígenas na Bolívia em duas fases, estabelecidas de acordo com a cosmologia andina: a “memória larga”, referente à resistência anticolonial contra os invasores espanhóis e a “memória curta”, correspondente ao período de Revolução de 1952 até a atualidade.

A memória larga se refere à segregação social, cultural, política e econômica imposta pelos espanhóis aos indígenas na Bolívia, situação que perdurou mesmo após a independência (1825). A construção do estado boliviano foi realizada sem a participação dos povos indígenas, excluídos dos processos decisórios das instituições de origem europeia e marginalizados socialmente. Somente no século XX, durante o período conhecido como Ciclo de Rebeliões Indígenas⁷ (1910-1930), os indígenas conseguiram se organizar para expor suas demandas e denunciar os abusos cometidos pelo estado boliviano. Ainda assim, só seriam reconhecidos como cidadãos após da Revolução de 1952, período conhecido como memória curta. Os indígenas teriam direito ao voto e seria decretado o fim da prática colonial e escravocrata do “pongueaje”.⁸

Até a década de 1970, os movimentos indígenas sofreram um arrefecimento devido às instabilidades institucionais vividas pela Bolívia. Foi durante a ditadura de Hugo Banzer (1971-1978) que a história das lutas indígenas sofre outra inflexão: as obras indianistas de Fausto Reinaga, que dariam novo ímpeto e fundamentação teórica aos movimentos, que criam a Federação Camponesa Tupac Katari. Seus partidários ficariam conhecidos como kataristas e sua ideologia era baseada na corrente indigenista, anticapitalista e antiocidental. Para os kataristas, os movimentos indígenas precisavam aprender estratégias de participação política para a conquista de suas demandas, fato que incentivou a criação de vários partidos políticos indígenas. Por sua vez, a atuação dos kataristas inspiraria os movimentos sociais que surgiriam entre as décadas de 1980-1990 e que teriam importante participação nas manifestações ocorridas a partir dos anos 2000, particularmente nas Guerras da Água e do Gás. A respeito desses conflitos, cabe notar que deram origem à “Agenda de Outubro”, síntese das reivindicações dos movimentos sociais insurretos durante o período.⁹

Nesse cenário, destacou-se a atuação do MAS, instrumento político criado em 1995 que reuniu sob sua égide diversas correntes de esquerda, tornando-se uma força política de nível nacional. Cabeza (2007) complementou a análise de Rivera (1984), que dividiu a história de lutas indígenas entre “memória larga” e “memória curta”, conforme citado anteriormente, acrescentando os protestos contra o neoliberalismo que ocorreram na década de 2000 à classificação de “memória curta”, pois apesar de possuírem uma pauta moderna (direitos básicos e nacionalização dos recursos naturais) estavam permeadas de elementos antiimperialistas e anticolonialistas, heranças das reivindicações indígenas de memória larga. Além disso, tais protestos conduziram a um fato histórico na política boliviana: a vitória de Evo Morales, primeiro presidente indígena.

7. Episódio em que, pela primeira vez, os indígenas utilizaram instrumentos jurídicos para reaver a posse de suas terras comunitárias, conhecidas como *ayllus* (CAMARGO, 2006).

8. O *pongueaje* consistia no trabalho gratuito e obrigatório dos camponeses indígenas em favor dos fazendeiros, seja em suas terras ou em suas residências na cidade. Seu fim foi decretado em 1945, mas a prática persistiu até a Revolução de 1952. (CAMARGO, 2006, p.134).

9. As principais reivindicações eram a nacionalização dos recursos naturais (principalmente petróleo e gás) sem indenizações e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Somam-se a ideologia do MAS, além do indigenismo, as correntes marxistas e demandas nacional-populares de esquerda (ERNST; SCHMALZ, 2013). A incorporação da Agenda de Outubro no plano de governo foi o fator decisivo para a vitória de Morales, justamente por sintetizar as demandas de todas as vertentes ideológicas que compunham sua base de apoio:

La Agenda de Octubre se produjo en el contexto de varias luchas, como aquella contra la privatización de las empresas de agua potable (Guerra del Agua), la lucha contra la “liquidación” de los recursos naturales a beneficio de unos pocos, contra la lucha anti-drogas norteamericana y la movilización para la legalización de la hoja de coca, así como por el cumplimiento de la reiterada demanda por una Asamblea Constituyente (ERNST; SCHMALZ, 2013, p. 16).

Ciente do compromisso assumido com profundas mudanças estruturais no país, a primeira medida adotada pelo novo presidente foi a estatização da cadeia de produção do gás natural, antiga demanda dos movimentos sociais e que simbolizaria a ruptura com o modelo econômico anterior. O plano econômico proposto pelo novo governo enfatizava a industrialização da produção de matérias-primas, orientação para o mercado interno, o controle estatal do excedente e a promoção das economias comunitárias (LINERA, 2011, p. 13). A renda obtida pela exportação dos hidrocarbonetos seria revertida para projetos públicos e a melhora na distribuição de renda. Outro aspecto importante do programa de governo de Morales foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, realizada em agosto de 2006 e que, após ser aprovado pelo Congresso, seria levado a referendo popular em 2009, obtendo 61,43% de aprovação.

O novo texto constitucional fundamenta as bases jurídicas, sociais, econômicas e culturais de um Estado Plurinacional¹⁰, modelo que reconhece e institucionaliza as formas de organização sociais dos povos originários, promovendo a coexistência desse modelo tradicional com as estruturas “ocidentais-modernas” (ERNST; SCHMALZ, 2013, p. 8). A principal diretriz da nova constituição é o conceito de “Buen Vivir” (“suma qamaña”, em aimará) expresso no artigo VIII, que significa a satisfação das necessidades básicas materiais e espirituais dos indivíduos de maneira equitativa e em harmonia com a sociedade e a natureza. Este conceito é proveniente das culturas andinas quéchua e aimará e se transformou no mote do governo Morales, resumindo seu projeto de governo: prover a sociedade boliviana de condições de sobrevivência satisfatória, igualitária e solidária, visto que um fundamento importante do “Buen Vivir” é a não exploração dos semelhantes, conforme explica Albó (2009):

¿Por qué hablar de vivir buen y no hablar de vivir mejor? En su concepción, los pueblos originarios (al menos los andinos) no lo ven necesario precisamente porque suma (o sumaq en quechua) ya puede incluir en sí mismo “el mayor grado posible”. Por otra parte, los aymaras que han reflexionado más en este asunto se resisten a decir “mejor” porque se entiendo demasiadas veces como que un individuo o grupo vive y está mejor que otros y a costa de los otros. Suma qamasiña es (con) vivir buen, no unos mejor que otros y a costa de otros (ALBÓ, 2009, p. 6).

O conceito se tornou o mote da administração Morales e é inclusive utilizado nas propagandas governamentais. O “Buen Vivir”, junto aos demais conceitos que formam o mosaico ideológico do MAS, esten-

10. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2010), a inovadora constituição boliviana deu início ao constitucionalismo pós-colonial, promovendo a coexistência dos sistemas sociais, políticos e jurídicos dos povos originários e dos modelos “ocidentais-modernos”.

deram-se à política externa boliviana, influenciando em sua reorientação (ERNST; SCHMALZ, 2013). A tarefa de organizar os paradigmas de política externa esbarrou na definição desses conceitos, visto que ainda não possuem formalização, ao menos nos moldes acadêmicos ocidentais. Sua construção é feita pelos analistas através de fragmentos dos discursos proferidos por Morales e seu ministro de Relações Exterior e Culto, David Choquehuanca, além da interpretação das obras de Linera (2004), vice-presidente e intelectual do MAS.

Para melhor compreensão dos novos paradigmas de inserção internacional da Bolívia, pode-se dividi-la em três paradigmas principais (indigenismo¹¹, soberania e Diplomacia dos Povos) que norteiam as demais diretrizes de política exterior, tendo como princípio orientador o “Buen Vivir”:

Conforme observado, os paradigmas de política externa refletiram demandas da Agenda de Outubro e das ideologias dos movimentos sociais de base, em sintonia com as mudanças promovidas internamente pelo novo texto constitucional boliviano. A pressão exercida pelos movimentos sociais que apoiaram Morales foi rapidamente absorvida pela retórica presidencial e, devido ao forte componente de descolonização e nacionalização dos recursos naturais (temas relacionados à inserção internacional do país), a política externa foi uma das primeiras áreas a incorporar a nova ideologia do MAS.

Quadro 1: paradigmas da política externa boliviana

“Buen Vivir”		
<p>Indigenismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorização da cultura dos povos originários • Descriminalização do cultivo e uso da folha de coca 	<p>Soberania</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descolonização das relações internacionais • Nacionalização dos hidrocarbonetos 	<p>Diplomacia dos Povos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demanda Marítima • Integração Regional • Democracia

Fonte: Elaborado pela autora.

No contexto da política externa, o primeiro preceito abordado, o indigenismo, significa a valorização das culturas e tradições dos povos originários bolivianos no contexto internacional (ERNST; SCHMALZ, 2013). Abrange também a descriminalização da folha de coca e sua promoção como símbolo da cultura andina, dissociando sua imagem da cocaína. Em contraposição à repressão ao cultivo de folhas de coca nos governos anteriores, Morales buscou a aceitação de seu uso tradicional por parte da comunidade internacional. O tema é levado inclusive para a esfera das Nações Unidas, onde Morales solicitou o fim da criminalização do consumo de folha de coca¹².

O segundo paradigma presente na política exterior boliviana é a soberania, que faz parte das bandeiras do MAS desde a Guerra do Gás e está ligada ao fim da ingerência estrangeira na política interna e na economia. Levada ao plano internacional, a soberania significa a não subordinação da Bolívia aos interesses de outros países ou empresas estrangeiras, relacio-

11. Desde a década de 1970 existe um debate sobre indigenismo e indianismo na Bolívia. A principal diferença entre os dois conceitos é que o primeiro foi criado por não-indígenas após a Revolução de 1952, enquanto o indianismo é fruto da interpretação dos próprios indígenas sobre seu papel social, além de rechaçar qualquer tentativa de integração entre os indígenas e a cultura ocidental. Fausto Reinaga foi precursor dessa corrente e era contra qualquer tipo de incorporação da cultura ocidental por parte dos indígenas. Já o indigenismo busca promover a coexistência entre as duas culturas.

12. Discurso proferido perante a Assembleia das Nações Unidas, Nova Iorque, Estados Unidos. Disponível em : <http://www.un.org/spanish/News/story.asp?NewsID=7768&Kw1=evo+morales&Kw2=&Kw3=#.VTRn19zF-So>

nando-se em caráter de igualdade com os demais estados. Também significa a descolonização das relações internacionais, ou seja, o fim das relações de poder e dominação entre os Estados. Dentro desse ponto é importante realizar um breve comentário sobre as relações com os EUA, que sofreram profundas mudanças durante o primeiro governo de Morales.

Como vimos anteriormente, os EUA eram o principal sócio econômico da Bolívia e o principal doador bilateral, fato que abriu espaço para a influência norte-americana na política doméstica do país andino. Os sucessivos governantes dos EUA mantiveram estreitas relações com os ditadores bolivianos e continuaram a manter certa ingerência nas questões internas após a abertura democrática da década de 1980. O tema das drogas e da produção da folha de coca, matéria-prima da cocaína, produziu a narcotização das relações entre os dois países e após 11 de setembro de 2001, entrou em pauta o narcoterrorismo, pois os norte-americanos temiam a criação de um foco terrorista na América do Sul a partir dos movimentos sociais bolivianos (SCHORR, 2013). A partir da ascensão de Morales, a política externa passou a se pautar pelos conceitos de soberania e descolonização, influenciando fortemente nas relações com os Estados Unidos, que deixaram de ser prioritárias. Morales buscou a diversificação de parceiros comerciais, principalmente com os países da América do Sul, para diminuir os efeitos da redução do comércio com os EUA e reduzir a dependência. O programa de governo do MAS definiu como a relação bilateral seria abordada no novo governo: “con Estados Unidos se negociará um acuerdo comercial que no signifique condicionalidades ni formatos que atenten a la soberanía nacional, propiedad intelectual, compras estatales, inversiones y otros.”¹³

13. Programa de Governo do Movimento ao Socialismo, 2005. Disponível em: http://www.archivochile.com/Portada/bol_elecciones05/boleccion0009.pdf

14. Acordo comercial criado pelos Estados Unidos em 1991 que eliminava tarifas de produtos provenientes da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. O objetivo era oferecer alternativas econômicas aos países dispostos a combater a produção e o tráfico de drogas em seus territórios. Em 2006, o acordo foi renovado e mais produtos foram contemplados com o regime especial de tarifas, denominando-se a partir de então Ato de Proteção Comercial Andina e Erradicação das Drogas “Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act (ATPDEA)”.

A política antidrogas passou a ser enfrentada através do combate aos produtores de cocaína e traficantes, de acordo com a estratégia “cocaina cero” e a liberalização do uso da folha de coca. A nova estratégia foi considerada ineficaz pelo governo dos EUA, que retirou a certificação ATPDEA (sigla de “Andean Trade Promotion and Drug Eradication Act”¹⁴) da Bolívia, impactando 25.000 empregos que dependiam desse programa. Mas o ápice da deterioração das relações entre os dois países ocorreria em 2008, quando o então embaixador dos EUA, Philip Goldberg, foi acusado por Morales de apoiar a oposição e fomentar a divisão da Bolívia. Goldberg foi expulso do país e os EUA retaliaram, por sua vez, declarando o embaixador boliviano como “persona non grata”. A tensão entre os dois países só baixou após a vitória de Barack Obama nas eleições de 2009, mas até hoje não se normalizaram. No contexto deste trabalho, a ruptura com os EUA oferece um exemplo prático do paradigma de soberania, conforme entendido pela política exterior boliviana.

Já o terceiro paradigma, a Diplomacia dos Povos, foi concebido pelo presidente venezuelano Hugo Chávez a partir de 2004 com a criação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América- Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP), projeto de integração antagônico ao proposto pela ALCA. A origem dessa abordagem é a Diplomacia Indígena, que consiste nas relações estabelecidas pelos povos originários da América do Sul através do intercâmbio social, político, econômico e cultural. As bases de tais relações são o respeito mútuo e a compreensão das diferenças (ALEJO, 2013).

A Diplomacia dos Povos é uma ampliação desse conceito e busca reaproximar a sociedade civil das decisões sobre relações internacionais, democratizando o debate em torno do tema e influenciando diretamente na condução de negociações que envolvam interesses desses atores, como políticas públicas para a integração regional e resolução de conflitos, por exemplo. Bansart (2008) define da seguinte forma a Diplomacia dos Povos:

Significa el intercambio entre comunidades de base, formadas por dos o más territorios: intercambio de preocupaciones, análisis y experiencias [...] De este modo la Diplomacia de los Pueblos es muy diferente de la Diplomacia de los Estados sin, por eso, entrar en conflicto con ésta. Responde a un derecho de visibilidad y consiste en una actuación directa, activa, flexible, adaptable a todas las circunstancias. Está lejos de la diplomacia de los negocios; se trata de una diplomacia de la dignidad” (BANSART, 2008, p. 33).

O Estado produzido pela concepção ocidental tem um papel secundário nessa forma de diplomacia baseada na relação direta entre comunidades e movimentos sociais. Apesar disso, as duas formas de diplomacia seriam complementares, segundo seus idealizadores.

Embasada pela Diplomacia dos Povos, a nova política externa boliviana buscou romper, ao menos na retórica, com o enfoque adotado pelas políticas anteriores. A demanda marítima, questão histórica entre Bolívia e Chile, passou a ser discutida com a sociedade civil chilena, principalmente com os movimentos sociais daquele país.

Através da Diplomacia dos Povos se buscou também estreitar os vínculos com os países da região sul-americana. Morales teve como uma de suas prioridades a maior inserção da Bolívia no contexto regional como meio de fortalecer a economia do país (principalmente após a queda de comércio com os EUA) e guiá-lo rumo ao desenvolvimento (RECCE, 2007).

O novo governo buscou maior integração com os países de população indígenas significativas, como o Peru e Equador, e a figura de Morales foi importante neste sentido, tendo sido proclamado “presidente dos povos indígenas da América” durante o “Encontro de Autoridades Indígenas”, realizado em 20 de janeiro de 2006.

A Diplomacia dos Povos possui ainda um claro viés de união entre os países sul-americanos e nesse sentido a aproximação com a Venezuela foi emblemática. A responsabilidade social derivada de sua plataforma política, unida ao compromisso com os movimentos sociais de que levaria adiante suas demandas através de mudanças estruturais no país, fizeram com que Morales buscasse respaldo em seus vizinhos para a implementação de seu projeto político. O parceiro encontrado foi a Venezuela de Hugo Chávez, que possui similaridades ideológicas com o governo Morales. A pujança econômica venezuelana, derivada da alta do petróleo, permitiu a Chávez fazer investimentos na Bolívia, auxiliando, assim, o governo de Morales e diminuindo a dependência econômica do país. Ao priorizar Cuba e Venezuela como parceiros, Morales rompe com a histórica orientação da política externa boliviana de priorizar as relações com os Estados Unidos e Brasil (RECCE, 2007). Sobre o Brasil, passada a crise da nacionalização dos hidrocarbonetos, medida que afetou os interesses da empresa estatal brasileira Petrobrás, as relações entre os dois países se normalizaram e em 2012 a Bolívia deu início ao processo para se tornar membro pleno do Mercosul.

Diante do exposto acima, é importante notar que os novos paradigmas da política exterior boliviana são embasados pela retórica do MAS. Porém, em termos práticos, o governo Morales adotou uma postura pragmática de interação com os desafetos, como no caso dos EUA e até mesmo do Brasil. Os dois gigantes ainda são parceiros comerciais estratégicos para a Bolívia e o que ocorreu foi uma renegociação dos termos de comércio de recursos naturais, algo mais suave do que o proposto pelos discursos de Morales perante os movimentos de apoio ao MAS. No entanto, isso não invalida a mudança da política externa boliviana, que realmente sofreu uma ruptura com processos anteriores e inovou profundamente seus paradigmas.

A respeito da integração regional, especificamente, pode-se enquadrá-la no âmbito da Diplomacia dos Povos, segundo os novos paradigmas citados.

Nessa abordagem, a integração é entendida como um processo amplo de relações de cooperação entre nações, além dos aspectos econômico e comercial, retomando os preceitos de Bolívar e dos demais próceres da integração latino-americana (BLANCO; LINARES, 2008).

A adesão da Bolívia ao projeto de integração da ALBA reflete as mudanças em sua política externa em relação ao tema e o afastamento dos preceitos da CAN, que perdeu seu engajamento político devido à polarização entre seus membros e se converteu em um acordo meramente comercial. Para Reinoso (2009), a importância do comércio manteve o bloco unido após a crise provocada pela saída da Venezuela e ainda é o principal motivo de permanência dos países na CAN. O projeto de integração em si perdeu muito de seu significado, sendo mantido apenas por questões imediatistas e que exigem pouco engajamento político. No entanto, como a Venezuela provou, o comércio não é o bastante para manter os membros comprometidos com o processo de integração, daí a desconfiança dos analistas sobre a continuidade do projeto andino.

Apesar das diferenças ideológicas com o restante dos membros da CAN, a Bolívia optou por uma postura pragmática em relação ao bloco e por continuar no mesmo devido aos seus interesses comerciais. A identificação com o posicionamento venezuelano não impediu a Bolívia de seguir seus interesses imediatos: “el gobierno de Evo Morales, sin embargo, se preocupó más por suproprio comercio exterior, ya que los Estados miembros de la CAN importan productos agrários y textiles bolivianos” (ERNST; SCHMALZ, 2013, p. 358). Para Reinoso (2009), a Bolívia teve papel fundamental em manter a coesão do bloco durante essa crise e em impulsionar o início das negociações entre CAN e UE, que incluíam pautas como propriedade intelectual, serviços e meio ambiente, além do comércio. No entanto, as divergências entre os membros da CAN impediram uma negociação em bloco e a Colômbia propôs negociações bilaterais, provocando a oposição da Bolívia. O acordo com a UE não teve o desfecho esperado e se tornou um novo fator de fragmentação dentro da CAN, assim como em relação ao acordo com os EUA. Ainda em relação à permanência da Bolívia na CAN, pode-se agregar ainda um fator subjetivo: a profunda identificação social e histórica da Bolívia com outros

dois países de população indígena da CAN, o Equador e o Peru, além da própria identificação do governo Morales com o tema indígena, conforme citado anteriormente.

De acordo com o cenário exposto, pode-se inferir que, para a política externa boliviana, existem três projetos de integração estratégicos, mas de interesses diversos: a CAN e o Mercosul, do ponto de vista econômico e comercial; a ALBA, pelo aspecto político. A CAN aparece em desvantagem em relação aos outros dois blocos mesmo em seu ponto forte, que é o comércio, pois a Bolívia começa a exportar cada vez mais para o Mercosul e para a ALBA. Resta a favor da CAN seu significado simbólico para a Bolívia, pois representa a continuidade de sua atuação internacional e foi, até meados da década de 1990, o principal fórum de participação da política externa boliviana.

Política Externa de Álvaro Uribe

Assim como a política externa da Colômbia oscilou, durante todo o século XX, entre os paradigmas “respice polum” e “respice similia”, a política interna também alterna entre dois modelos que se repetem indefinidamente: diálogo ou repressão em relação às guerrilhas. O bipartidarismo parece tão entranhado à Colômbia que transbordou sua dualidade também para a condução da política, como se apenas duas alternativas fossem oferecidas para a resolução do problema interno (negociação ou repressão) e a inserção internacional do país (alinhamento aos EUA ou cooperação com vizinhos), levando a uma monótona repetição desses modelos ao longo de sua história recente (TOKATLIAN, 2004).

A repetição é umas das principais características da história política recente da Colômbia e os sucessivos governos retomam constantemente antigas fórmulas para a solução do conflito do país, mudando apenas a roupagem de seus discursos. Como observou Kirk (2005), “las tendencias políticas de Colombia son como un satélite atrapado en una órbita olvidada. Cada viaje alrededor del planeta lo debilita y hace envejecer, y va arrojando piezas al cosmos.” (KIRK, 2005, p. 318).

Outra característica notada é a associação entre o conflito interno e a agenda de política externa norte-americana. Durante a Guerra Fria, o discurso dos governos colombianos era de que as guerrilhas se configuravam em uma ameaça comunista para a América Latina, com o risco de “contaminação” de ideias subversivas para o resto do continente. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os insurgentes foram acusados por Pastrana de serem terroristas e constituírem um risco à segurança mundial. Independentemente da orientação política ou da adoção de uma das variáveis da dicotomia “respice polum” e “respice similia”, a maioria dos governantes colombianos do século XX optou por vincular a insurgência guerrilheira com os temas mais destacados da política exterior norte-americana.

Mesmo políticos dissidentes do bipartidarismo como Álvaro Uribe Veléz, que se apresentou como candidato às eleições de 2002 pelo movimento “Primero Colombia”¹⁵, não escapam dos padrões da política colombiana. Uribe adotou no nível interno o discurso de confronto com as

15. Após a vitória de Uribe, o movimento “Primero Colombia” passou a ser chamado de “bancada uribista”.

guerrilhas insurgentes e no plano externo uma clara postura de alinhamento aos EUA, retomando o “respice polum” (CARVAJAL, 2006).

A originalidade de Uribe em relação a seus predecessores ao tratar do tema consistiu em aprofundar esses dois modelos e uni-los, utilizando a política externa como ferramenta para cumprir sua agenda doméstica (RODRÍGUEZ, 2012). Sendo assim, a estratégia de Uribe foi reafirmar o caráter terrorista das guerrilhas, colocando o conflito em consonância com as novas prioridades da política externa norte-americana que, dessa vez, incluíam a cruzada contra o terrorismo liderado pelo presidente George W. Bush. Nas palavras de Uribe, “na Colômbia não existe guerra; aqui temos terrorismo de grupos armados contra o Estado e a sociedade e isto deve ser resolvido rapidamente” (KIRK, 2005, p.324). Outra importante característica do governo Uribe em relação à política externa é o caráter personalista que foi conferido à mesma, concentrando as decisões no executivo.

A figura do conselheiro presidencial para assuntos internacionais que existiu, sem interrupção, desde a administração do presidente Virgílio Barco (1986-1990) até o governo de Andrés Pastrana (1998-2002), foi eliminada ainda no início da administração Uribe (CARDONA, 2005). O ministério de relações exteriores perdeu importância na condução dos assuntos internacionais, sendo suplantado pelo ministério de defesa, alinhado aos EUA e figura central do Plano Colômbia.

O programa de governo do novo presidente (2002-2006 e reeleito para o mandato 2006-2010) foi divulgado em 2003 sob o nome de Política de Segurança Democrática (PSD) e apresenta os principais objetivos do mandato de Uribe e as estratégias para alcançá-los. O objetivo primordial do novo governo era reconquistar o controle do território e a soberania sobre áreas controladas pelas guerrilhas, além de combater o tráfico de drogas. A estratégia proposta para atingir esses resultados era a intensa participação da sociedade civil no combate as guerrilhas através da criação de uma rede de informantes, o pagamento de recompensas para denúncias, desmobilização dos paramilitares e o aumento do efetivo das forças armadas através do apoio econômico estadunidense (SANTOS, 2006).

O caráter essencialmente militar da abordagem de Segurança Democrática gerou questionamentos da parte dos movimentos de direitos humanos¹⁶, pois o plano não contemplava políticas para atenuar os problemas sociais do país. Ainda assim, Uribe deu continuidade a PSD e, em 2004, tem início o Plano Patriota, maior ofensiva militar realizada pelas forças armadas na história colombiana. Tal operação só foi possível graças ao amplo apoio financeiro oferecido pelo governo Bush, que se comprometeu a financiar cem milhões de dólares por três anos e enviar mil e quatrocentos soldados para combater no país andino (TICKNER, 2007). Em termos militares, a PSD obteve êxito em minar as forças das guerrilhas e reestabelecer o controle estatal em regiões remotas dominadas por guerrilheiros e paramilitares, principalmente no sul do país.

Em contrapartida a ajuda financeira, a ingerência estadunidense nos assuntos domésticos atingiu seu maior nível, além de diminuir o poder de negociação da Colômbia frente a temas econômicos e de comércio. As posteriores negociações de TLCs entre Colômbia e EUA, em 2005, fo-

16. Um importante grupo nesse contexto é o “Movimiento Víctimas del paramilitarismo y los Crímenes de Estado” (MOVICE), que tem como principal objetivo levantar o debate sobre as violações de direitos humanos perpetradas por agentes estatais e paramilitares.

ram amplamente influenciadas pelo contexto da ajuda financeira norte-americana, visto que a Colômbia evocava a parceria estratégica entre os dois países para obter benefícios e driblar as exigências norte-americanas, enquanto os EUA alegavam que a negociação em pauta era apenas comercial e não possuía nenhum vínculo com a luta contra o terrorismo e as drogas (TICKNER, 2007).

Ainda que com algumas divergências no plano comercial, o governo Uribe seguiu o alinhamento automático aos EUA, principal eixo de sua política externa. Pouca relevância foi conferida aos parceiros latino-americanos e a proximidade com os EUA afastou ainda mais os vizinhos da Colômbia, principalmente quando esta apoiou a invasão do Iraque (2003). A ascensão de governos de esquerda na década de 2000 conferiu ainda mais à Colômbia o papel de maior aliado norte-americano no continente, cenário que só seria alterado a partir de 2009, no segundo mandato de Uribe e após a ascensão do democrata Barack Obama à presidência dos EUA. Menos entusiasta da luta contra o terrorismo em território colombiano e preocupado com as acusações de violações de direitos humanos perpetradas pelo governo da Colômbia, Obama diminuiu o apoio irrestrito ao PSD e esfriou a relação entre os dois países. Ainda assim, a parceria se manteve intacta no aspecto comercial.

Em relação aos vizinhos andinos, para a Bolívia e a Venezuela, países que passaram a compartilhar semelhanças ideológicas após a ascensão de Evo Morales à presidência, a proximidade entre EUA e Colômbia consistia uma forte ameaça à região andina devido ao caráter “imperialista” do governo estadunidense. A cooperação oferecida pelos EUA era entendida como uma maneira de intervir nos assuntos internos dos países andinos e, no caso da Venezuela, apropriar-se do petróleo e interromper o curso da revolução bolivariana¹⁷. Havia um consenso entre os governantes da região de que o apoio estadunidense não se restringiria ao campo militar e outros interesses estavam em jogo, principalmente no que diz respeito à apropriação dos recursos naturais. Outro ponto que tornou difícil o relacionamento da Colômbia com os demais andinos durante a gestão Uribe foi o tom monotemático de sua agenda exterior (luta contra o terrorismo) em um momento em que os governos progressistas da região buscavam se distanciar das políticas de segurança dos EUA (TICKNER, 2007).

O risco do “transbordamento” dos problemas colombianos para os vizinhos se tornou real com a transferência de populações dos territórios da Bolívia, Peru e Equador, além de suas fronteiras servirem de rota de fuga para guerrilheiros e paramilitares perseguidos pelo exército. No caso da fronteira colombo-peruana, foram descobertos laboratórios de refino de cocaína. “Desplazados”¹⁸ também começaram a acorrer para os países vizinhos em busca de refúgio e segurança, criando um problema migratório. É importante, ao tratar das fronteiras colombianas com os países vizinhos, destacar que as mesmas possuem um produto interno bruto (PIB) 25% inferior ao resto da Colômbia e apresentam déficit em equipamentos de saúde, educação e moradia (ARDILA, 2008). São regiões extremamente vulneráveis socialmente e onde o estado colombiano não está presente, tornando-se o cenário ideal para a atuação de grupos ilegais e narcotraficantes. Em relação à Venezuela, a situação se tornou ainda

17. O ex-presidente Chávez chegou a declarar isso publicamente na Cúpula da UNASUL de agosto de 2009

18. “Deslocados”, em português. Refugiados do conflito colombiano que deixam seus locais de origem para evitar a perseguição de guerrilheiros ou paramilitares.

mais preocupante, pois as FARC e o ELN montaram acampamentos militares nos limites da fronteira com a Colômbia (VILLA; OSTROS, 2005). A porosidade das fronteiras criou inúmeros problemas para os vizinhos da região, que foram envolvidos de maneira indireta na estratégia conjunta de Uribe e os EUA para perseguir as guerrilhas.

A tensão entre Colômbia e Venezuela atingiu o ápice no governo Uribe principalmente devido às diferenças ideológicas entre os dois mandatários, como explicitam Pastrana e Vera (2008):

[...] más que la continuidad de choques entre estilos de política exterior sujetos a la intermitencia de carácter de los mandatarios, lo que parecía definir las relaciones de los primeros mandatarios de Colombia y Venezuela durante el gobierno de Uribe era la colisión entre dos visiones de gobierno contrapuestas, amparadas en rasgos de manejo autoritario que generaban alta conflictividad interna y externa, sustentadas en conceptos de seguridad incompatibles, intereses políticos irreconciliables y ausencia de bilateralidad para trabajar los problemas transfronterizos (PASTRANA; VERA, 2008, p.16).

Em 2005, ocorre a primeira crise diplomática entre Colômbia e Venezuela com o caso Rodrigo Granda, quando o guerrilheiro das FARC de mesmo nome foi capturado em uma cidade limítrofe entre os dois países através de uma ação militar. Granda havia conseguido nacionalidade venezuelana e Chávez alegou que a ação militar foi realizada em seu território, versão negada por Uribe, que sustentava que a Venezuela estava protegendo guerrilheiros. Após intermediação dos presidentes de Cuba, Brasil e Peru, os países voltaram a ter relações diplomáticas e comerciais normalmente, até a erupção de uma nova crise diplomática em 2007.

No ano citado, Hugo Chávez foi convidado pelo governo colombiano para intermediar o diálogo com as FARC no caso de vítimas de sequestros perpetrados pela guerrilha. Como parte da estratégia PSD, o governo Uribe se recusou a qualquer negociação com os guerrilheiros e a mediação de Chávez seria uma via alternativa, pois os familiares das vítimas e grupos ligados aos direitos humanos criticaram duramente a postura irredutível de Uribe ao tratar da questão.

A intermediação de Chávez logo exporia as divergências entre os presidentes e Uribe decide dar por encerrada as tratativas, pois o presidente colombiano não admitia qualquer contato entre as FARC e Chávez sem sua supervisão direta e o venezuelano possuía um estilo independente de negociação (CONSTAIN; ROUVINSKI, 2012). A partir desse incidente, a relação entre os dois países deteriorou e se tornou fortemente ideologizada, ocorrendo inúmeras trocas de acusações entre os presidentes de ambos os países, episódios que ficaram conhecidos como “diplomacia de microfone”. Chávez percebia uma ameaça na aliança colombo-estadunidense, enquanto Uribe desconfiava da proximidade do líder venezuelano com as FARC, principalmente após sua recusa em declarar as guerrilhas como terroristas. O neutralismo venezuelano era visto com desconfiança pelo governo colombiano, que suspeitava de certa leniência de Chávez e demais vizinhos andinos em relação às guerrilhas.

As relações com o Equador sofreram uma crise em março de 2008, ocasião em que o exército colombiano deflagrou um ataque militar a um acampamento das FARC localizado em território equatoriano. Chama-

da de Operação Fênix, a ofensiva militar matou vinte de combatentes das FARC, incluindo o comandante conhecido pelo pseudônimo de Raul Reyes. A violação da soberania territorial do Equador causou uma grave crise diplomática entre os dois países e a ruptura de relações, retomadas somente em 2011. Hugo Chávez prontamente ofereceu apoio ao Equador e condenou duramente a conduta colombiana.

É importante destacar que no plano doméstico as medidas adotadas por Uribe sob o marco da PSD tiveram amplo apoio da população, fato comprovado pela vitória obtida no primeiro turno pelo presidente nas eleições de 2006 (segundo mandato: 2006-2010). As ofensivas militares apoiadas pelos EUA debilitaram as FARC e o ELN e reduziram sensivelmente os índices de violência do país, resultado que parecia impossível quando Uribe assumiu a presidência em 2002. Seu segundo mandato foi marcado pela Estratégia de Fortalecimento da Democracia e Desenvolvimento Social (EFDDS), que se caracterizou por ser a continuidade e aprofundamento do Plano Colômbia. A política exterior seguiu os mesmos moldes do mandato anterior, tendo como prioridade a agenda bilateral com os EUA.

Ainda em relação ao relacionamento com os países vizinhos da América do Sul, outro elemento da política externa colombiana que pode ser apontado como desagregador é a agressiva política comercial adotada por Uribe, que buscou acordos de liberalização comercial com países de fora da região e blocos regionais. Na tentativa de aumentar sua inserção internacional, a Colômbia firmou vários acordos de ampliação de mercados bilaterais e multilaterais. Cabe destacar, no contexto multilateral, as iniciativas do Projeto Mesoamérica (criado em 2001), Arco do Pacífico Latino-americano (2006) e Área de Integração Profunda entre México, Chile, Peru e Colômbia (2010). Tais iniciativas foram direcionadas para os países com litoral para o oceano pacífico e tem como prioridade promover o regionalismo aberto proposto pela CEPAL na década de 1990, dessa vez com um viés totalmente comercial e com objetivo de aproximar os países latino-americanos das economias asiáticas. Cabe lembrar que no ano de criação do Arco do Pacífico, por exemplo, a CAN vivia uma grave crise com a saída da Venezuela e a cisão entre os modelos de integração propostos por seus membros.

Ainda sobre a cisão da CAN, Uribe buscou negociar os TLCs (tema de maior divergência entre os andinos) em bloco, mas não obteve sucesso devido à resistência da Bolívia e Venezuela (AMADO, 2012). A partir do momento que a negociação foi impossibilitada, a Colômbia optou por firmar acordos extrabloco. Foram assinados TLCs com o Chile, Honduras, Guatemala, El Salvador, México (no marco do Grupo dos Três¹⁹), Canadá, Associação Europeia de Livre Comércio²⁰ (AELC) e EUA. A respeito do tratado bilateral com este último país, é importante ressaltar que se trata do maior parceiro comercial da Colômbia e a assinatura do TLC visava dar estabilidade aos privilégios oferecidos pela Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas (ATPDEA), promulgada em 2002. Segundo Amado (2012), o TLC com os EUA serviria, segundo o governo colombiano, para consolidar os vínculos comerciais de longo prazo e diminuiria a burocracia de aprovação interna com seu principal sócio comercial.

19. Tratado de Livre Comércio entre México, Colômbia e Venezuela. Esta última se retirou do bloco em 2006.

20. Bloco econômico de países não associados à União Europeia. São membros a Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

A prática de negociação de TLCs pela Colômbia e outros países latino-americanos teve início ainda na década de 1990 e o governo Uribe apenas aprofundou a estratégia. Ao perceber a estagnação do processo de criação da ALCA (projeto pelo qual possuía expectativas) e dos demais processos de integração regional do qual participava, a Colômbia optou por outros mecanismos que dinamizassem sua inserção no comércio internacional. A integração regional passou a ser entendida apenas como uma forma de ampliar mercados e seus outros aspectos (político, social e cultural) foram relegados a segundo plano (AMADO, 2012). A escolha por privilegiar os acordos comerciais teve reflexos na participação colombiana nos processos de integração do qual já fazia parte e revelou a característica imediatista da política externa de Uribe.

No que diz respeito à relação da Colômbia com a CAN, Amado (2012) observou que o primeiro embate com os demais sócios ocorreu durante a presidência *pro tempore* colombiana no período 2002-2003, quando foram iniciadas as negociações de um acordo com a União Europeia (UE). As tratativas não avançaram devido às divergências que cindiram o bloco em dois grupos: de um lado, Bolívia e Equador e, de outro, Colômbia e Peru. Como não era possível realizar um acordo em bloco, os dois últimos atores resolveram assinar um acordo comercial multipartes ao qual Bolívia e Equador poderiam aderir posteriormente. Para Amado (2012), após esse primeiro episódio “la UE percibe cada vez más a la región andina como un agregado de países y no como un bloque con intereses compartidos” (AMADO, 2012, p.125).

A Colômbia tem sido, no entanto, um dos países mais beneficiados pela zona aduaneira andina e seu desconforto em relação à CAN é de caráter político, principalmente após a ascensão do grupo bolivarianista. A aposta da política exterior de Uribe era que o regionalismo aberto aliado à liberalização seria compatível com a integração regional, ótica contestada pelos demais participantes da CAN, com exceção do Peru.

A participação da Colômbia na CAN passou a ter um baixo perfil sob a administração Uribe, priorizando as relações com os EUA mesmo que isso significasse retroceder nos avanços conquistados pela integração andina (CARVAJAL, 2006). O constante descumprimento do compromisso de negociar em bloco se tornou uma constante no *modus operandi* da Colômbia no contexto da integração andina, levando o país a negociar bilateralmente com Chile e México na tentativa de expandir seus mercados. As relações com a Ásia também passaram a ser uma alternativa. Desde meados dos anos de 1990 e a exemplo de outros vizinhos, como o Chile e o Peru, a Colômbia tem buscado ampliar sua participação comercial na Ásia. Com a ascensão chinesa, se tornou fundamental para a Colômbia e Uribe decide empreender a primeira missão oficial para a Ásia em 2005, realizando uma tentativa de se aproximar desses cobiçados mercados e atrair investimentos estrangeiros.

Conforme exposto nesse capítulo, a política externa de Álvaro Uribe manteve e aprofundou os paradigmas clássicos da doutrina “*respice polum*”, dando pouca ênfase às relações com os países vizinhos e, consequentemente, os parceiros da CAN. As interações entre estes, aliás, atingiram ponto crítico durante os dois mandatos de Uribe, principalmente

no que diz respeito ao Equador e Venezuela. A CAN teve um importante papel durante as sucessivas crises entre seus membros por desempenhar o papel de fórum imparcial e conciliador. Seu peso comercial contribuiu ainda para a permanência dos membros, apesar das divergências ideológicas. Se por um lado, o comércio manteve o bloco unido, os outros temas importantes, como segurança, ficaram travados devido às posições antagônicas entre Colômbia e seus pares.

De qualquer forma, após a saída da Venezuela, a Colômbia manteve o compromisso de permanecer no bloco e diminuir o clima de tensão e desconfiança em relação aos vizinhos. Sua permanência pode ser entendida como uma prova da importância do bloco na política exterior colombiana, porém o pragmatismo da gestão Uribe (assim como de Morales) fez com que a Colômbia buscasse outros fóruns multilaterais e, principalmente, outros mercados.

Discussões e considerações finais

Buscou-se, neste trabalho, mapear os principais paradigmas das políticas exteriores de dois importantes países da região andina (Bolívia e Colômbia) com o intuito de compreender suas estratégias em relação ao processo integracionista mais antigo da América do Sul, a CAN. A permanência dos dois atores citados no bloco após a saída da Venezuela, em 2006, parecia improvável devido às diferenças ideológicas dos países membros, principalmente entre os governos Morales e Uribe.

No entanto, verificou-se que ambos optaram por continuar no bloco, a despeito de seus problemas internos, descumprimento de normas e estagnação. O comércio foi, sem dúvida, o amálgama que permitiu que a CAN continuasse unida, mas não se deve subestimar a importância da CAN como fórum político regional. A CAN foi prejudicada pelas divergências entre seus membros, tendo perdido a Venezuela em meio a uma de suas crises, mas também foi o fórum no qual os problemas entre os vizinhos andinos foram discutidos, evitando-se a ameaça de um conflito armado.

A ascensão de governos de esquerda na região trouxe desafios para todos os processos de integração latino-americanos, pois ocorreu uma fratura na visão comum sobre a concepção do regionalismo que existia anteriormente, baseada no regionalismo aberto cepalino. As posições nacionalistas e protecionistas adotadas pelos novos governos de esquerda em relação ao comércio e seu veemente rechaço ao projeto de integração proposto pela ALCA abriram caminho para o que Turzi (2014) chamou de fase pós-neoliberal do regionalismo, ou seja, a proliferação de esquemas de integração que compartiam a incorporação de uma agenda marcadamente política, “en consonancia con los cambios de color político internos y el retorno del rol preponderante del Estado em los proyectos de desarrollo” (TURZI, 2014:83).

Ocorreu, simultaneamente, a consolidação de governos de direita, como é o caso da Colômbia, fato que reforçou a polarização ideológica no subcontinente e, conseqüentemente, afetou os processos de integração regional.

Nesse novo contexto político, a CAN possuía entre seus membros a vanguarda da nova esquerda latino-americana, adepta do socialismo bolivariano e ansiosa por um novo modelo de integração regional. Em contrapartida, a estrutura da CAN era totalmente adaptada ao regionalismo aberto cepalino da década de 1990, daí a crise deflagrada no interior do bloco. A análise da política externa dos dois estudos de caso investigados nesse trabalho apontou para uma significativa perda da importância da CAN, pois Bolívia e Colômbia buscaram alternativas para satisfazer seus anseios em relação à integração regional. Evo Morales elegeu a ALBA-TCP como um projeto mais condizente com as aspirações bolivianas de integração, alinhado com as mudanças internas estabelecidas por seu governo e em consonância com as demandas dos movimentos sociais que o apoiaram. A política externa serviu para respaldar o discurso antineoliberal utilizado no nível doméstico por Morales. Ainda assim, deve-se destacar o pragmatismo comercial do governo Morales, que apesar da retórica, manteve compromissos assumidos com seus maiores parceiros econômicos, o Brasil e os EUA. A decisão de continuar na CAN também evidencia o lado pragmático de Morales, pois o bloco segue importante na balança comercial do país andino.

A insatisfação do governo Uribe com a estagnação da CAN ficou evidenciada na análise de sua política externa. A Colômbia buscou outras parcerias comerciais e deu início a aproximação com a Ásia e a criação da Aliança do Pacífico, bloco que reúne “[...] países com padrões de inserção internacional muito próximos, pautados pela liberalização comercial e a assinatura de tratados de livre comércio com países desenvolvidos (LUCIANO; BRESSAN, 2014)”. A respeito da Aliança do Pacífico, seu esboço foi feito durante a gestão Uribe e sua concretização ocorreu durante o mandato do presidente Juan Manuel Santos (2010-2014). O bloco reúne Colômbia, Chile, México e Peru, ou seja, dois dos principais membros da CAN. Sua proposta de regionalismo é o oposto da ALBA-TCP e um meio termo da CAN, pois busca ser “pragmático en lo político, abierto en lo comercial y liberal en lo financiero” (TURZI, 2014). As coincidências ideológicas entre seus membros os levaram a criar um novo processo de integração, assim como ocorreu com a ALBA-TCP. Esvaziam-se os projetos integracionistas mais antigos em busca de novos que representem as tendências políticas internas de cada país. Porém, por ser a integração um projeto de longo prazo, não se pode depender da coincidência ideológica entre os países para fazê-la avançar, correndo o risco de comprometer a estratégia de inserção internacional dos países membros. Até o momento, a ideologização da integração regional foi uma das causas da paralisação da CAN, ainda que o bloco continue e seja importante do ponto de vista comercial. Ainda não foi elaborada uma solução para o futuro da CAN, estagnada entre dissidências entre seus membros e desafiada pelos novos projetos de integração que surgiram no continente. A CAN ensaia, desde 2012, uma reforma para superar os problemas atuais. Segundo Amado (2012), a ideia seria aprofundar a participação democrática dos cidadãos nas decisões da CAN. A proposta esbarra, mais uma vez, nas divergências sobre os rumos da integração e na falta de vontade política, além das fragilidades institucionais. A CAN possuiu uma estrutura dependente das decisões presidenciais, justamente onde ocorrem os embates ideológicos.

O momento é de reconfiguração do cenário integracionista latino-americano e de redefinição do papel da CAN nesse contexto. O bloco passou por seu teste mais difícil em 2006 e superou o desafio, mantendo-se unido e se constituindo em um fórum político importante. Suas instituições são sólidas, ainda que apresentem problemas de credibilidade e funcionamento, como apontado anteriormente e o comércio se mostra benéfico para todos os membros. Resta saber se os países membros darão continuidade a esse projeto, utilizando-o como plataforma para a inserção internacional dos países, ou deixarão que cada vez mais a CAN se torne uma formalidade comercial ou institucional, sem eficiência e funcionalidade prática.

REFERÊNCIAS

- ALBÓ, Xavier. **Raíces de América**: El mundo Aymara. Madrid: Alianza Editorial, 1988. p. 527-529.
- ALEJO, Esteban Ticona. **El indianismo de Fausto Reinaga**. 2013. Tese (Doutorado)- Universidade Andina Simón Bolívar, Equador, 2013.
- AMADO, Juan Andrés. Entre la Inserción y la Integración. Colombia y la Comunidad Andina. En: OLANO ALOR, Aldo (Ed.). **Política exterior y política común**: experiencias de la integración andina. Bogotá: Universidade Externado, 2012, p.105-140.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 29-160.
- ARDILA, Martha. Colombia y su mundo externo: dinámicas y tendencias. In: ARDILA, Martha; CARDONA, Diego; RAMÍREZ, Socorro (Ed.) **Colombia y su política exterior en el siglo XXI**. Bogotá: CEREC, 2005.
- ARDILA, Martha. **La toma de decisiones de la política exterior colombiana**. Bogotá: Universidade Externado, 2008, p.21-85.
- BANSART, André. **El Caribe**: una sola posibilidad de integración: la diplomacia de los pueblos. Caracas: Pedro Gual, 2008.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. **Conselho Federal De Economia-COFECON**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BRAGA, Bobik Márcio. "Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL." In: **Cadernos PROLAM/USP**, v. 1, n. 101, p.9-30, 2002. Disponível em: <www.usp.br/prolam/ae5959.doc>. Acesso em: 23 jan. 2011.
- BLANCO, Ronald; LINARES, Rosalba. "Chávez en la política exterior venezolana: de la democracia participativa a participativa." In: **Revista sobre Fronteras e Integración**, Año 13, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/30033/1/articulo5.pdf>. Acesso em: 13 jan.2015.
- BONILLA, Adrian; PÁEZ, Alexei. 2006. "Estados Unidos y La Región Andina". Nueva Sociedad : Buenos Aires, 2006. P. 126-139.
- BUITRAGO, Ricardo. La política exterior de Colombia en el siglo XX: un breve repaso histórico a nuestra política internacional. **Suma Administrativa**. Bogotá v. 1, n. 1, p. 111-113, Feb. 2006. Disponível em: <http://www.konradlorenz.edu.co/images/publicaciones/suma_negocios/politica_exterior_colombia.pdf>. Acesso em: 18 ago.2013.
- CABEZAS, Marta. Caracterización del "ciclo rebelde" 2000-2005. LOPÉZ, Jesús Espasandín; TURRIÓN, Pablo Iglesias (Coord.). **Bolivia en movimiento**: Acción colectiva y poder político. Madrid: El Viejo, 2007, p.57.
- CARRA, Marco; CEPIK, Marcos. Nacionalização Boliviana e desafios da América do Sul. **Observatório Político Sul-Americano, Análise de Conjuntura**, n. 4, abr. 2006. Disponível: <http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/Nacionalizacao_boliviana_desafios_America_do_Sul.pdf>. Acesso em: 25 ago.2008.
- CASAS, André; CORREA, María. **Qué pasa con la comunidad Andina de Naciones-CAN?** Papel Político. Bogotá: Pontificia Universidade Javeriana, 2007.

CASAS GRAGEA, ÁngelMaría. El desarrollo económico del área andina en el marco de la integración regional. In: VIDAL, Gregorio; GUILLÉN R., ARTURO.(Comp.). **Repensar la integración regional en un contexto de globalización: Homenaje a Celso Furtado**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/uploads/FTP-test/clacso/coediciones/uploads/20100826075808/vidal.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolivia, a criação de um novo país**. Brasília: FUNAG, 2006, p.197.

CARDONA, Diego. **Los instrumentos de inserción internacional y la política exterior: hacia una diplomacia integral**. In: Colombia y su política exterior en el siglo XXI. Bogotá: CEREC, 2005.

CARVAJAL, Leonardo. Tres años de gobierno Uribe (2002-2005). Bogotá, Oasis, n. 11, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53101109>>. Acesso em: 19 set.2013.

CONSEJO Andino de Ministros de relaciones exteriores en reunión ampliada con la Comisión de la Comunidad Andina, Decisión 598. Relaciones comerciales con terceros países, Quito, 11 July 2004. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/normativa/dec/D598.htm>>. Acesso em: 19 set.2013.

CONSTAIN, Manolo; ROUVINSKI, Vladimir. El espectáculo político del acuerdo humanitario y la mediación de Hugo Chávez durante el segundo mandato de Álvaro Uribe. **Revista Del Departamento de Ciencia Política - Facultad de Ciências Sociais**. Colombia, jul./dez. 2012, p. 229-257. Disponível em: <<http://colombiainternacional.uniandes.edu.co/>>. Acesso em: 15 mar.2014.

CUNHA FILHO, Clayton; DELGADO, Ana Carolina. "Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales." In: **Tensões Mundiais**, v. 6, pp. 287-310, 2010.

CUSICANQUI, Jorge Escobari. **História Diplomática de Bolivia**. La Paz: UNIDAS, 1975.

CRUZ, Giovanni. **La integración andina: origen, transformaciones y estructuras**. Buenos Aires: BID-INTAL, 2011. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36532585>> Acesso em: 25 ago. 2013

DEVLIN, Robert; ESTEVADEORDAL, Antoni. **Que hay en el nuevo regionalismo de las Américas?** Buenos Aires: BID-INTAL, 2001. Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=33036571>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DREKONJA, Gerhard. **Retos de la política exterior colombiana**. Bogotá: CEREC, 1982.

ERNST, Tanja. **El primer gobierno de Evo Morales: un balance retrospectivo**. La Paz: Plural, 2013. p. 8; 13;16.

FERNANDEZ, Vivian Grace Dávila Urquidí. **O Movimento Cocalero na Bolívia: heterogeneidade temporal e diversidade cultural**. 2001. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

FLOR, Francisco Hidalgo. "Buen vivir: aporte contra hegemônico del proceso andino." In: **Utopía y praxis latinoamericana**. Caracas, v.16, n.53, abr./junio. 2011.

FREITAS-HUPSEL, Caroline Cotta de Mello. **Reivindicação do direito à diferença com base em identidade étnica na Bolívia: um nacionalismo aymará**. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

GAMARRA, Eduardo. Bolivia on the brink. **Council on Foreign Relations**. Washington, n.24, fev. 2007.

GARCÍA LINERA, Alvaro. Os movimentos indígenas na Bolívia. **Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, v. 1, n. 3, abr./jun., p. 12-31, 2005.

GHIGGINO, Gonzalo. **A sesenta años de la ALALC: problemática, inicios y fracaso de la primera integración latinoamericana**. Grupo de Estudios Internacionales Contemporáneos. Buenos Aires: 2011. Disponível em: <<http://www.geic.com.ar/2010/2011/03/09/a-sesenta-anos-de-la-alalc-problematika-inicios-y-fracaso-de-la-primera-integracion-latinoamericana/>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2004, p.13.

GUTIERREZ, Alberto Ostría. **Una obra y un destino**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1946, p. 14-15.

- GRAGEA, Ángel Maria C. **La economía política internacional de la nueva integración regional de las Américas: el caso de la Comunidad Andina.** Integración y Comercio. Bogotá: Banco Interamericano, 2002, p.97-151. Disponível em: <http://www10.iadb.org/intal/intalcdi/integracion_comercio/e_INTAL_IYC_16_2002_CasasGragea.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- HAFFNER, Jacqueline Hernández. A Cepal e a Integração Regional Latino-Americana. **Análise Econômica.** Porto Alegre, Ano 20, n. 37, mar.2002.
- HALLIDAY, Fred. **O Estado e a Sociedade nas Relações Internacionais.** Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- HERRERA, Felipe. “La Tarea Inconclusa: América Latina Integrada.” In: **Revista de Estudios Internacionales**, v. 6, n. 21, p. 3-23, 1973. Disponível em: <<http://www.revistas.uchile.cl/index.php/REI/article/viewFile/17570/19402>> Acesso em: 15 jun. 2012.
- HUDSON, Valerie. **Culture and foreign policy.** Londres: Lynne Rienner, 1997. p.3.
- KLEIN, Herbert. **A concise history of Bolivia.** Cambridge: Universidade de Cambridge, 2011.
- KIRK, Robin. **Más terrible que la muerte: masacres, drogas y la guerra de Estados Unidos en Colombia.** Barcelona: Paidós, 2005.
- KOHL, Benjamin; FARTHING, Linda. **Impasse in Bolivia: Neoliberal Hegemony and Popular Resistance.** Londres: ZedBooks, 2006. p. 22-80.
- LEVINE, Michael. **The big white lie: the deep cover operation that exposed the CIA sabotage of the drug war.** Nova Iorque: Laura Kavanau-Levine, 2007. p.35.
- LIMA, José Durán; MALDONADO, Raúl. **América Latina y Caribe: la integración regional en la hora de las definiciones.** Série Comércio Internacional, CEPAL: 2005. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/7/23617/P23617.xml&xsl=/comercio/tpl/p9f.xsl&base=/comercio/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 05 out. 2013.
- LINERA, Álvaro García. “Las Empresas del Estado: Patrimonio colectivo del pueblo Boliviano”. In: Vice-Presidência (La Paz), 2011. Disponível em: <www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/empresas_del_estado.pdf>. Acesso em: 22/10/2012.
- LÓPEZ, Mauricio Uribe. “Colombia y Venezuela: democracias delegativas o autoritarismos competitivos?” In: **Nueva Sociedad.** Buenos Aires, n. 227, p.97-112, 2010. Disponível em: <www.nuso.org> Acesso em: 22 mar.2012.
- LUCIANO, Bruno; BRESSAN, Regiane. **A Comunidade Andina no Século XXI: entre Bolivarianos e a Aliança do Pacífico.** Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=9045&Itemid=456> . Acesso em: 13 jan. 2014.
- MACE, Gordon. Regional Integration in Latin America: a Long and Winding Road. **International Journal**, n. 43, p. 404-427, 1988. Disponível em: <<http://www.jstor.org/pss/40202547>>. Acesso em: 09 abr. 2011.
- MARQUÉZ, Gabriel García. **Cem anos de solidão.** São Paulo: Record, 2011. p.24-45.
- MARTÍ, José. **Nossa América.** Antologia Textos selecionados por Roberto Retamar. São Paulo: Ed. Hucitee, 1983.
- MALAMUD, Carlos. “La Crisis de la Integración se Juega en Casa.” In: **Nueva Sociedad.** Buenos Aires, n. 219, p.97-112, 2009. Disponível em: <www.nuso.org> Acesso em: 22 mar. 2011.
- MAYA, Margarita L. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. **Revista de Economía y Ciencias Sociales.** Caracas, v. 14, n. 3, 2008.
- MAYORGA, Fernando García. “Nacionalismo e indigenismo en el MAS: Los Desafios de la Articulación Hegemônica.” In: **Revista Internacional de Filosofía Política.** La Paz, n.28, 2006.
- MONTALVA, Eduardo Frei. **El Pacto Andino y la integración latinoamericana.** Santiago do Chile: CINDA, 1977.
- MORALES, Juan Antonio. **Desarrollo economico y social.** La Paz: FUNDEMOS, 2007. (Temas de conyuntura nacional).
- MORALES, Waltraud Queiser. “Bolivian foreign policy: the struggle for sovereignty.” In: LINCOLN, Jennie K.; FERRIS, Elizabeth G. (eds). **The Dynamics of Latin American Foreign Policies.** Colorado: Westview Press, 1984. P.180, 185.
- MOVIMIENTO AL SOCIALISMO. **Programa de governo,** 2005. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Portada/bol_elecciones05/bolecciones0009.pdf>. Acesso em: 22 mar.2014.

MUHR, Thomas. "Venezuela e Alba: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos." In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 36, n. 2, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=29815818013>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

OMISTE, Edgar Camacho. **Política Exterior Boliviana a inícios del siglo XXI**. La Paz: UDAPEX, 2005.

ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio. "Eleições, Política Externa e Integração Regional." In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 27, p.145-155, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n27/10.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

PAREDES, Fernando Salazar. **Política Exterior Boliviana**. La Paz: CERID, 1993.

PAREDES, Fernando Salazar. **Hacia una Nueva Política Exterior Boliviana**. La Paz: Ediciones CERID, 2000, p. 79, 85 e 136.

PASTRANA, Eduardo; VERA, Diego. "Irreversibilidad de la degradación de las relaciones político-diplomáticas?" In: PASTRANA, Eduardo; WIELAND, Carsten; VARGAS, Juan Carlos (Ed.). **Colombia y Venezuela: entre la hermandad y la conflictividad**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008, p.137-173.

PEDRAZA, Luis Dallanegra. "Claves de la política exterior de Colombia." In: **Revista de Estudios Latinoamericanos**. Bogotá, n.54, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=64023055003>>. Acesso em: 25 set. 2013.

PINTO, Hugo; BRAGA, Márcio. **A lógica do regionalismo na América Latina e a Comunidade Andina das Nações**. Ciclo de Palestras PROLAM/USP. São Paulo, 22 maio. 2006. Disponível em: <<http://www.usp.br/prolam/seminarios.htm>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

PORTA, Fernando. **La integración sudamericana em perspectiva: problemas e dilemas**. CEPAL – Colección Documentos de Proyectos. Santiago: Nações Unidas, Sep. 2008. Disponível em: <www.eclac.cl/publicaciones/xml/8/34708/DocW32.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2011.

RAMÍREZ, Socorro. Encrucijadas de la cooperación internacional en Colombia. In: ARDILA, Martha; CARDONA, Diego; RAMÍREZ, Socorro (Ed.) **Colombia y su política exterior en el siglo XXI**. Bogotá: CEREC, 2005.

RECCE, Julio. **Política Externa de Bolívia**. Observatório de Bolívia (Buenos Aires). maio/set. 2006. Disponível em: <<http://www.caei.com.ar/observatorios/bolivia/1.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2011.

REINOSO, Alain. **Bolívia y la integración andina**. La Paz: Konrad Adenauer, 2009. (Comércio y política exterior boliviana).

RIVERA, Silvia. **Oprimidos, pero no vencidos**. La Paz: WA-GUI, 1984. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/294.pdf>> Acesso em: 15 maio 2013.

ROCHA, Javier Murillo. **El largo conflicto entre Chile e Bolívia**. Santiago do Chile: Aguilar, 2004.

RODRÍGUEZ, Mario. Ambigüedades y dilemas en la definición de la política exterior colombiana. **Revista Análisis Internacional**. Bogotá, v. 4, n. 2, 2012.

RODRÍGUEZ, Mario F. **Incidencia del populismo en el proceso de integración de la CAN**. Bogotá: Universidade Jorge Tadeo Lozano, 2013, p. 25-85. Disponível em: <<http://avalon.utadeo.edu.co/servicios/ebooks/neopopulismo/>>. Acesso em: 20 jan.2014.

RUIZ, José Briceño. La posición de Venezuela frente a ALCA y las relaciones de la CAN con Estados Unidos y la UE. **Aldea Mundo**. Mérida, v. 8, n. 16, nov./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=54381607>>. Acesso em: 15 maio 2013.

SAAVEDRA, Gustavo. **Bolívia en el laberinto de la globalización**. La Paz: Plural Editores, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur**. Bolívia: Plural Editores, 2010.

SANTOS, F. "Integração regional e as eleições presidenciais de 2006 no Brasil." In: **Análise de Conjuntura**. Rio de Janeiro, n. 2, fev. 2006.

SCHMALZ, Stefan. "Reorientación de la política exterior boliviana: avanzando hacia un bloque sudamericano de izquierda?" In: ERNST, Tanja; SCHMALZ, Stefan. **El primer gobierno de Evo Morales: un balance retrospectivo**. La Paz: Plural, 2013 p.358.

SCHORR, Bettina. "Una jerarquía clara? Las relaciones bilaterales entre E.E.U.U. y Bolívia durante el Gobierno de Evo Morales." In: ERNST, Tanja; SCHMALZ, Stefan. **El primer gobierno de Evo Morales: un balance retrospectivo**. La Paz: Plural, 2013.

- SOTOMAYOR, Teresa Maya. **Estados Unidos y el panamericanismo: el caso de la I Conferencia Internacional Americana (1889-1890)**. México Diplomático, 1996. Disponível em: <http://www.mexicodiplomatico.org/lecturas/estados_unidos_merica_panamericanismo%201889-1890.pdf>. Acesso em: 20 ago.2012.
- TAMAYO, Franz. **El hechichero del Ande**. La Paz: Juventud, 2004.
- TAMAYO, Gustavo. **El estado del arte de la política exterior colombiana**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.
- TAMAYO, Gustavo; MARTINEZ, Elias. “La Comunidad Andina: cohesión interna e intereses individuales de los Estados miembros”. In: OLIVEIRA, Renata; NOGUEIRA, Silvia; MELO, Felipe. **América Andina: integração regional, segurança e outros olhares**. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 2012, p.43-57.
- TAPIA, Luis. “Bolivia: ciclos y estructuras de rebelión.” In: SVAMPA, Maristella; STEFANONI, Pablo (Comp.). **Bolivia: memoria, insurgência y movimientos sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- TICKNER, Arlene. “Intervención por invitación.” In: **Colombia Internacional**. Bogotá, n.65, jan./jul. 2007.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel. “Colombia en guerras: las diplomacias por la paz.” In: **Desarrollo Económico**, v. 39, n. 155, Oct./Dez. 1999. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3455949>>. Acesso em: 12 mar.2014.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel. Colombia: más inseguridad humana, menos seguridad regional. In: **América Latina y el (des)orden global neoliberal**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. Disponível em: <http://www.flacoandes.edu.ec/internacional/publi_acade/colombia/07_tokatlian_juan_b.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2014.
- TORRES, César Augusto. “La política exterior colombiana en el marco de la integración latinoamericana.” In: **Analecta Política**. Medellín, v. 3, n.4, 2013, p. 67-76. Disponível em: <<http://revistas.upb.edu.co/index.php/analecta/article/view/1600>>. Acesso em: 05 maio 2014.
- TURZI, Mariano. “Asia y la (des)integración latinoamericana?” In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 250, mar./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.nuso.org/revista.php?n=250>>. Acesso em: 24 maio 2014.
- URRUTIA, Edmundo González. “Las dos etapas de la política Exterior de Chávez.” In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 205, Sep./Out. 2006.
- VALLE, Juan Ignacio Siles del. “A nova política externa da Bolívia.” In: **Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília, Ano 1, n.1, out./dez. 2004.
- VALENCIA, Maria Soledad. **La política exterior andina: sus potencialidades como elemento dinamizador de la integración política**. Quito: Universidade Andina Simón Bolívar, 2002, p.57-77. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/2680/1/T0157-MRI-Cordova-La%20politica.pdf>>. Acesso em: 15 jan.2014.
- VALVERDE, Cristián. **Chile y la integración latinoamericana**. 2002. Tese (Doutorado)- Universidade Complutense de Madrid, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.ucm.es/tesis/ghi/ucm-t26718.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2012.
- VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra Polónia. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. Santiago: CEPAL, 2007. (Série Comércio Internacional, n. 82).
- VILABOY, Sérgio Guerra. “Principales momentos en la búsqueda de la integración latinoamericana.” In: AYERBE, Luís Fernando. **Integração Latino-Americana e Caribenha**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007. p.142.
- VILLA, Rafael Duarte. Venezuela: mudanças políticas na Era Chávez. In: **Estudos Avançados**, v. 19-n.55, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300011>. Acesso em: 03 maio 2011.
- VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. “As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança.” In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 48, n.2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200005>. Acesso em:22 dez. 2013.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. “As relações internacionais da Bolívia: os desafios da globalização e integração.” In: ARAUJO, Heloísa Vilhena. **Os países da comunidade andina**. Brasília: FUNAG, 2004. p. 348-363. v.1.

WEEKS, William Earl. "New directions in the study of early american foreign relations. Diplomatic History." In: Cambridge, **Oxford Journals**, v. 17, n. 1, 1993,p-73-96.

WEISE, Agustín Saavedra. **Bolivia y el Mundo**. La Paz: Amigos del Libro, 1995.

WIONCZEK, Miguel. **Integración de América Latina**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

ZALLES, Alberto. "Bolivia y Chile: los imperativos de una nueva época." In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 207, jan./fev. 2007.

ZUAZO, Moira. "Los movimientos sociales en el poder?" In: **Nueva Sociedad**. Buenos Aires, n. 227, maio/jun. 2010.